## CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## SUBEMENDA SUBSTITUTIVA ADOTADA PELA CCJC AO SUBSTITUTIVO DA CMULHER AO PROJETO DE LEI Nº 1.781, DE 2022

(Apensados PL n°s 1.006/2023, 1.294/2023, 2.736/2023, 3.097/2023, 311/2023, 3.753/2023, 3.828/2023, 404/2023 e 553/2023)

Altera o art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para possibilitar ao juiz submeter o agressor à monitoração eletrônica e conceder à vítima dispositivo de alerta que informe a sua aproximação, a fim de dar maior efetividade ao cumprimento de medidas protetivas de urgência nos casos de prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.

## O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para possibilitar ao juiz submeter o agressor à monitoração eletrônica conceder à vítima dispositivo de alerta que informe a sua aproximação, a fim de dar maior efetividade ao cumprimento de medidas protetivas de urgência nos casos de prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Art. 2° O art. 22 da Lei n° 11.340, de 7 de agosto de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

'Art. 22	

§ 3° Para garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência, poderá o juiz:

I – requisitar, a qualquer momento, auxílio da força policial;







## CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

II - submet	er o ag	ressor à r	nonito	ração e	eletrô	nica;		
III - conced	ler à n	nulher vítir	na de	violênd	cia o	acesso à l	ocaliza	ção
delimitada	do a	agressor,	por	meio	da	disponibili	zação	d€
dispositivo ofendida ad		•			•	•	•	
						"	(NR)	

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 12 de dezembro de 2023.

Deputado RUI FALCÃO Presidente



